

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	13
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	15
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL	24
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	27
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	27
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	31
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	37
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	38
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	40
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	42
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	48
Colocação dos Pronomes Átonos	58
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	59
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	68
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	71
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	73
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	73
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE	74
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	87
■ ESTRUTURAS LÓGICAS	87
■ DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	88
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	89
ANALOGIAS.....	89
INFERÊNCIAS.....	89

DEDUÇÕES	89
CONCLUSÕES	90
■ RACIOCÍNIO LÓGICO: LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	90
PROPOSIÇÕES SIMPLES	90
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	92
TABELAS-VERDADE	92
■ EQUIVALÊNCIAS	95
LEIS DE MORGAN	98
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE	101
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	107
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	112
LEGISLAÇÃO.....	145
■ LEI Nº 8.112, DE 1990, E SUAS ALTERAÇÕES	145
■ LEI Nº 4.878, DE 1965 (REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS POLICIAIS CIVIS DA UNIÃO E DO DF)	163
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 840, DE 2011 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS).....	171
CARREIRAS, REGIME E JORNADA DE TRABALHO.....	171
DIREITOS	174
DEVERES	176
REGIME DISCIPLINAR	176
■ DECRETO-LEI Nº 2.266, DE 1985 (CRIAÇÃO DA CARREIRA PCDF, CARGOS, VALORES E VENCIMENTOS).....	184
■ LEI Nº 9.264, DE 1996 (DESMEMBRAMENTO E REORGANIZAÇÃO DA PCDF, REMUNERAÇÃO DE SEUS CARGOS)	185
■ RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE MARÇO DE 2023 (REGIMENTO INTERNO DA PCDF).....	187
■ LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	216
CAPÍTULO V, SEÇÃO I – DA POLÍCIA CIVIL	216
■ LEI Nº 13.869, DE 2019	217

■ LEI Nº 8.429, DE 1992	227
■ LEI Nº 11.340, DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA).....	243
■ LEI Nº 14.344, DE 2022 (LEI HENRY BOREL)	255

CONHECIMENTOS ACERCA DO DISTRITO FEDERAL E DA POLÍTICA PARA MULHERES

271

■ TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES ACERCA DA REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE) (INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 94, DE 1998, E REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 7.469, DE 2011)	271
■ PLANO DISTRITAL DE POLÍTICA PARA MULHERES	286

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

301

■ CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS ORGANIZAÇÕES FORMAIS MODERNAS.....	301
TIPOS DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, NATUREZA, FINALIDADES E CRITÉRIOS DE DEPARTAMENTALIZAÇÃO	301
■ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	307
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIÃO	307
CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	308
CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	309
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	312
■ GESTÃO DE PROCESSOS	313
■ GESTÃO DE CONTRATOS	324
■ NOÇÕES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	331

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

339

■ ORÇAMENTO PÚBLICO	339
CONCEITO	339
TÉCNICAS ORÇAMENTÁRIAS	339
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	340
■ O ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL.....	343
CICLO ORÇAMENTÁRIO	343

■ ESTRUTURA PROGRAMÁTICA.....	346
PLANO PLURIANUAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	347
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	348
ORÇAMENTO ANUAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	348
■ CRÉDITOS ORDINÁRIOS E ADICIONAIS	349
■ PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	351
DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	351
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO	352
■ RECEITA PÚBLICA.....	353
CONCEITO	353
CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	354
ETAPAS E ESTÁGIOS	356
■ DESPESA PÚBLICA	357
CONCEITO	357
CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	358
ETAPAS E ESTÁGIOS	360
RESTOS A PAGAR.....	361
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	363
■ LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: CONCEITOS, OBJETIVOS E PLANEJAMENTO	363
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	391
■ CONCEITOS, IMPORTÂNCIA, RELAÇÃO COM OS OUTROS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO....	391
■ A FUNÇÃO DO ÓRGÃO DE RECURSOS HUMANOS	393
ATRIBUIÇÕES BÁSICAS E OBJETIVOS	393
POLÍTICAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	394
■ COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL.....	396
RELAÇÕES INDIVÍDUO/ORGANIZAÇÃO.....	396
LIDERANÇA, MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO	396
■ COMPETÊNCIA INTERPESSOAL	398
■ GERENCIAMENTO DE CONFLITOS.....	399

■ GESTÃO DE PESSOAS DO QUADRO PRÓPRIO E TERCEIRIZADAS	401
■ RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	403
TÉCNICAS E PROCESSO DECISÓRIO	404
■ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	407
OBJETIVOS	408
MÉTODOS, VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	408
■ DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE PESSOAL	411
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES.....	412
PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO	414
■ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	417
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS.....	425
■ CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS.....	425
ATRIBUTOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS.....	425
TIPOS DE CLASSIFICAÇÃO.....	427
■ METODOLOGIA DE CÁLCULO DA CURVA ABC.....	430
■ GESTÃO DE ESTOQUES	435
■ COMPRAS E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE COMPRAS	443
PERFIL DO COMPRADOR	444
ETAPAS DO PROCESSO.....	445
MODALIDADES DE COMPRA.....	445
CADASTRO DE FORNECEDORES	447
■ COMPRAS NO SETOR PÚBLICO	449
OBJETO DE LICITAÇÃO E EDITAL DE LICITAÇÃO.....	449
■ RECEBIMENTO E ARMAZENAGEM	453
Entrada e Conferência	453
Objetivos da Armazenagem	456
Critérios e Técnicas de Armazenagem.....	457
Arranjo Físico (Leiaute)	459
■ DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS	461

ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO	461
CARACTERÍSTICAS DAS MODALIDADES DE TRANSPORTE.....	461
■ GESTÃO PATRIMONIAL	463
CONTROLE DE BENS	464
TOMBAMENTO DE BENS.....	465
INVENTÁRIO	466
ALTERAÇÕES E BAIXA DE BENS E ALIENAÇÃO DE BENS	468
NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA.....	471
■ ARQUIVÍSTICA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS	471
DOCUMENTOS DIGITAIS	471
LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	480
■ FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	483
■ SISTEMAS E REDES DE ARQUIVO	484
■ GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS: IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.....	486
ARQUIVAMENTO E ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	489
Classificação de Documentos de Arquivo	489
AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	497
Descrição de Documentos de Arquivo	502
■ PROTOCOLO	503
RECEBIMENTO	504
REGISTRO.....	505
DISTRIBUIÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	506
TRAMITAÇÃO.....	506
■ ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	507
■ PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	507
■ ANÁLISE TIPOLOGICA DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	509
■ POLÍTICAS DE ACESSO AOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO	510
■ SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS.....	512

REQUISITOS	512
■ METADADOS.....	513
■ MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	514

CONHECIMENTOS ACERCA DO DISTRITO FEDERAL E DA POLÍTICA PARA MULHERES

TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES ACERCA DA REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE) (INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 94, DE 1998, E REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 7.469, DE 2011)

I | FORMAÇÃO TERRITORIAL

Antes da ocupação do atual Distrito Federal, havia diversos povos indígenas vivendo na região. Com a colonização do Brasil e, conseqüentemente, com a descoberta de jazidas de ouro em Goiás e Mato Grosso, o local se tornou um ponto de passagem para rotas de exploração e comércio. Logo, pequenos núcleos urbanos foram estabelecidos na área.

A ideia de criar uma cidade planejada para ser a capital do Brasil surgiu durante o período colonial e persistiu ao longo do tempo. Esse desejo foi oficialmente reconhecido na Constituição, de 1891 — o primeiro documento constitucional do país a tratar explicitamente da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do país. A criação de uma capital nova exigia a composição de um Distrito Federal que abrangesse a área de influência da cidade. Esse modelo já era adotado por outros países com sistemas federais, como os Estados Unidos.

Assim, sob a liderança do governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), o projeto de construção da nova capital começou a ser desenvolvido. Vale ressaltar a contribuição dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, bem como do engenheiro Joaquim Cardozo. A escolha da localização do Distrito Federal foi motivada por considerações políticas e estratégicas, como fortalecer a segurança nacional e promover o desenvolvimento do interior do Brasil.

A construção de Brasília começou em 1956, e a cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960. A partir daí, o Distrito Federal foi oficialmente estabelecido como uma divisão administrativa do país, correspondendo ao poder central.

O Distrito Federal se consolidou como um importante centro político do Brasil e atraiu a migração de pessoas de outras regiões do país, contribuindo para a ocupação do território. Apesar de ser a menor unidade federativa do Brasil, o Distrito Federal é composto por 35 regiões administrativas.

Vejam, na figura a seguir, o mapa do Brasil atual por estados.

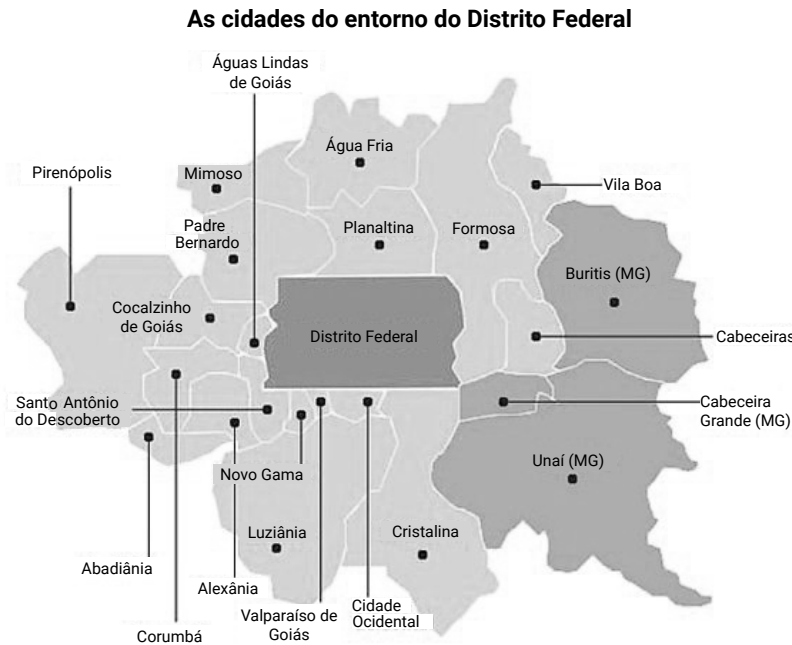


Mesorregiões e Microrregiões

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando da criação das mesorregiões foram considerados critérios como as características sociais, a geografia e a conexão espacial. Esses aspectos foram levados em conta para agrupar áreas que compartilhavam características semelhantes em termos de população, cultura e localização geográfica.

Quanto às microrregiões, os critérios utilizados foram a produção econômica e a conexão entre diferentes áreas. A ideia era agrupar regiões que tinham uma forte relação econômica devido à produção agrícola, industrial ou de outros setores relevantes. Além disso, a articulação espacial foi considerada, levando em conta como essas microrregiões se interligavam em termos de infraestrutura e transporte.

A seguir, vejamos o mapa do Distrito Federal.



Adaptado de: Agência Senado, 2012.

Em 2017, o território das unidades federativas brasileiras estava dividido em um total de 137 mesorregiões, que, por sua vez, eram compostas por 558 microrregiões. Essas divisões agrupavam os 5.570 municípios existentes na época.

No sistema federativo brasileiro, o Distrito Federal se difere dos estados, pois não é composto por nenhum município em sua estrutura. Em vez disso, o Distrito Federal é dividido em 31 regiões administrativas, que não têm uma correspondência direta com municípios específicos.

ASPECTOS FÍSICOS

Clima

De acordo com a classificação climática de Köppen¹, o clima no Distrito Federal é considerado tropical, caracterizado por uma concentração maior de precipitações durante o verão. Existem diferentes tipos climáticos presentes na região. Atentemo-nos:

- **Clima tropical:** apresenta temperaturas **acima** de 18 °C no mês **mais frio**. Esse tipo de clima é predominante em áreas com altitudes abaixo de 1.000 m;
- **Clima tropical de altitude:** apresenta temperaturas **abaixo** de 18 °C no mês **mais frio**, com uma média **superior** a 22 °C no mês **mais quente**. Esse tipo de clima é encontrado em áreas com altitudes entre 1.000 e 1.200 m.

As temperaturas médias anuais na região variam entre 19 °C e 23 °C. O período mais quente ocorre entre setembro e outubro, com médias históricas de temperaturas mais altas chegando a 30 °C. O período mais frio ocorre entre junho e julho, quando as temperaturas mais baixas podem atingir 13 °C.

A quantidade de chuvas no Distrito Federal apresenta uma sazonalidade bastante marcante. A maior parte das precipitações, cerca de 90%, ocorre durante a estação das chuvas, que se estende de setembro/outubro a março/abril. Já durante a estação seca, que vai de abril/maio a setembro, as chuvas são escassas, raramente ultrapassando os 9 mm por mês. O total anual de precipitação varia entre 1.100 mm e 1.600 mm.

¹ A classificação climática de Köppen, também conhecida como classificação climática de Köppen-Geiger, é um sistema desenvolvido pelo climatologista alemão Wladimir Köppen e pelo geógrafo alemão Rudolf Geiger. Essa classificação tem como objetivo definir os diferentes tipos de climas com base em critérios climáticos e de vegetação.

Tipos climáticos do Distrito Federal



Tipos climáticos de Köppen



Adaptado de: Alvares et al., 2013.

A umidade do ar varia de acordo com a região. Em geral, durante o período chuvoso, a umidade fica em torno de 70 a 80%, diminuindo para valores médios entre 45 e 65% durante o período seco. Em algumas situações, a umidade pode ficar abaixo de 20%.

Vegetação

O território do Distrito Federal é totalmente coberto pelo bioma do Cerrado, que é o segundo maior bioma da América do Sul e abriga as nascentes das três maiores bacias hidrográficas dessa região do continente. Essa área é reconhecida como a savana mais diversificada do mundo, contendo uma impressionante variedade de plantas, totalizando 11.627 espécies.

Apresenta uma vegetação caracterizada por pequenos arbustos e árvores com troncos retorcidos, raízes profundas, cascas grossas e folhas cobertas por uma fina camada de pelos. Também é possível encontrar áreas com predominância de gramíneas e árvores de grande porte, conhecidas como cerradões.

● Florestas

Do ponto de vista fisionômico, as florestas são áreas com predominância de árvores, onde o dossel pode ser contínuo ou descontínuo. No Cerrado, encontramos as seguintes formações florestais: Mata Seca, Mata de Galeria, Mata Ciliar e Cerradão.

As matas de galeria e as matas ciliares são florestas associadas a rios e córregos, diferenciando-se em termos florísticos e fisionômicos. As matas de galeria ocorrem em cursos d'água mais estreitos, com o fechamento do dossel sobre o curso d'água, enquanto, nas matas ciliares, ao longo de rios mais amplos, esse fechamento não ocorre. Além disso, as matas ciliares apresentam diferentes graus de caducifolia durante a estação seca, enquanto as matas de galeria mantêm suas folhas o ano todo. As matas de galeria também podem ser classificadas como inundáveis e não inundáveis, dependendo de características ambientais, como topografia e variações no lençol freático, o que afeta a composição das espécies vegetais. Muitas das espécies dessas matas são dependentes de alta umidade no solo, o que também ocorre em florestas pluviais da Amazônia e Mata Atlântica.

As matas secas são florestas fechadas, não associadas a cursos d'água, que dependem principalmente de manchas de solos mesotróficos (fertilidade média) profundas dentro do domínio do Cerrado. Dependendo do grau de queda de folhas, podem ser classificadas como perenifólias (sem caducifolia), semidecíduas (caducifolia moderada) ou decíduas (alta caducifolia). Essa formação florestal tende a se distribuir principalmente em um arco nordeste-sudoeste, conectando a Caatinga às fronteiras do Chaco.

O cerradão é uma formação arbórea de médio a alto porte, com cobertura de dossel que varia de fechada a semiaberta (de 50% a 90% de cobertura). Fisionomicamente, é uma floresta, mas, em termos florísticos, assemelha-se mais ao Cerrado *sensu stricto*. No entanto, também podem ser encontradas espécies arbóreas típicas de florestas, principalmente da mata seca e mata de galeria não inundável. Os cerradões geralmente ocorrem em solos profundos, bem drenados e ligeiramente ácidos.

Quando estão em solos de baixa fertilidade, são classificados como cerradão distrófico, e, quando estão em solos mais ricos (fertilidade média), são chamados de cerradão mesotrófico. Cada tipo possui espécies características e adaptadas a esses ambientes. É importante destacar que a composição florística das formações florestais varia dentro do bioma Cerrado. Por exemplo, as florestas no oeste e norte do Cerrado apresentam maior afinidade com as florestas pluviais da Amazônia, enquanto as do centro e sul têm maior semelhança com as florestas semi-decíduas do sudeste do Brasil. Há indícios de que, antigamente, existia uma formação contínua de florestas no Brasil central, que agora está fragmentada, formando corredores que conectam esses biomas.

● Formações Savânicas

O termo “savana” faz referência a áreas com árvores e arbustos dispersos sobre um estrato de gramíneas, sem a formação de dossel contínuo. No Cerrado, encontramos as seguintes formações savânicas: Cerrado *sensu stricto*, veredas, parque de Cerrado e palmeiral.

O **Cerrado *sensu stricto*** é caracterizado por árvores baixas, tortuosas e com ramificações irregulares. Essa fitofisionomia pode abrigar mais de 800 espécies, sendo que cerca de 40% delas são endêmicas. O Cerrado *sensu stricto* também pode ser subdividido em Cerrado Denso, Cerrado Típico, Cerrado Ralo e Cerrado Rupestre. Essas subdivisões diferem em termos de densidade e agrupamento das árvores, sendo que o Cerrado Rupestre ocorre em solos rasos com afloramentos de rocha.

O parque de Cerrado é caracterizado pelo agrupamento de árvores em pequenas elevações do terreno chamadas de murundus ou monchões. A cobertura arbórea varia de 5% a 20%, enquanto, nos murundus, essa porcentagem pode chegar a 50% ou, até, a 70%; nas depressões, pode ser praticamente zero. Os solos nessa formação são argilosos, com melhor drenagem nos murundus do que nas depressões adjacentes.

Na formação savânica palmeiral, há predominância de uma única espécie de palmeira arbórea, e as dicotiledôneas² são menos representativas. Essa formação é encontrada principalmente em áreas de solos arenosos e bem drenados, como os «solos de campo rupestre», e a espécie de palmeira dominante pode variar de acordo com a região. Alguns exemplos de palmeiras que podem formar palmeirais são o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o babaçu (*Orbignya phalerata*).

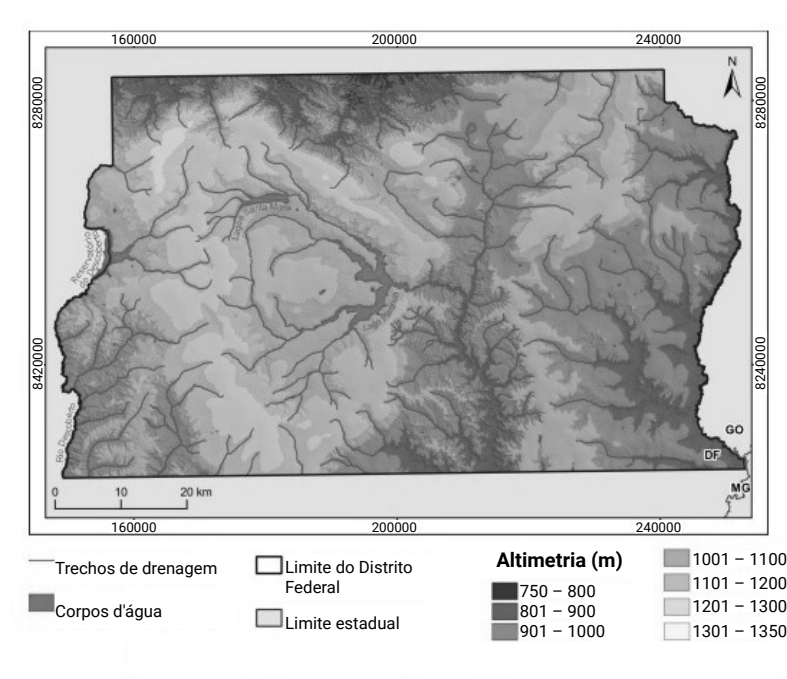
As veredas são formações de transição entre os Cerrados e as Matas Ciliares. São áreas de solo úmido, onde o lençol freático está próximo da superfície. As veredas são caracterizadas pela presença de palmeiras do gênero *Mauritia*, conhecidas popularmente como buritizeiros, que formam agrupamentos chamados de “capões de vereda”. Essas áreas úmidas são importantes para a biodiversidade, pois abrigam espécies adaptadas a ambientes alagados, como aves, mamíferos, répteis e anfíbios.

Além dessas formações, existem outras fitofisionomias características do Cerrado, como as campinas, que são áreas de vegetação herbácea, e os campos rupestres, que ocorrem em solos rasos sobre afloramentos rochosos. Cada uma dessas formações possui características específicas e abriga uma diversidade única de espécies adaptadas aos diferentes ambientes do bioma Cerrado.

As unidades de conservação do Distrito Federal são áreas protegidas que têm como objetivo preservar a diversidade biológica e os recursos naturais e culturais, além de proporcionar oportunidades de lazer, educação ambiental e pesquisa científica. O DF abriga diversas unidades de conservação, incluindo parques, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental.

A principal área de conservação ambiental é o Parque Nacional de Brasília. Localizado na região administrativa de Sobradinho, o Parque Nacional de Brasília é uma das principais unidades de conservação do DF. Com uma área de aproximadamente 42 mil hectares, abrange o Planalto Central e protege o cerrado típico da região. O parque possui trilhas, nascentes e uma rica biodiversidade, com espécies de animais e plantas características do Cerrado.

Relevo



Adaptado de: CODEPLAN, 2020.

² As dicotiledôneas são um grupo extremamente diversificado, que inclui plantas como: árvores, arbustos, ervas, trepadeiras e muitos vegetais ornamentais. Elas desempenham um papel importante na ecologia e na agricultura, fornecendo alimentos, madeira, fibras e diversos produtos úteis para o ser humano.

O Distrito Federal está localizado em uma área elevada do Planalto Central, que é formada por remanescentes de processos de erosão ocorridos entre o terciário inferior e o terciário médio e superior. O relevo do DF é caracterizado por uma combinação de áreas planas a levemente onduladas, encostas inclinadas que descem das chapadas e colinas residuais em direção aos vales, e áreas dissecadas ao longo dos rios Paranoá, São Bartolomeu, Preto, Maranhão e Descoberto. Podemos identificar cinco grandes tipos de relevo no DF:

- **Planalto elevado:** é uma área plana a levemente ondulada, com altitudes acima de 1.100 m e declividade inferior a 10%. Nessa região, predominam solos do tipo latossolo. Além disso, a drenagem é baixa;
- **Planalto intermediário:** possui um relevo suavemente ondulado, com declividade inferior a 12% e altitudes entre 950 m e 1.050 m. Os solos predominantes são do tipo cambissolo. A densidade de drenagem é alta;
- **Vale dissecado:** é uma área com relevo ondulado a fortemente ondulado, com declividades acima de 20% e altitudes inferiores a 800 m. Os solos predominantes também são do tipo cambissolo. A densidade de drenagem é alta;
- **Rebordo:** caracteriza-se por um relevo ondulado, com declividades entre 10% e 20% e altitudes entre 950 e 1.110 m. Os solos predominantes são do tipo cambissolo. A densidade de drenagem é moderada;
- **Rampa íngreme:** possui um relevo fortemente ondulado a escarpado, com declividades acima de 25% e altitudes entre 800 e 1.100 m. Os solos predominantes são do tipo cambissolo. A densidade de drenagem é alta.

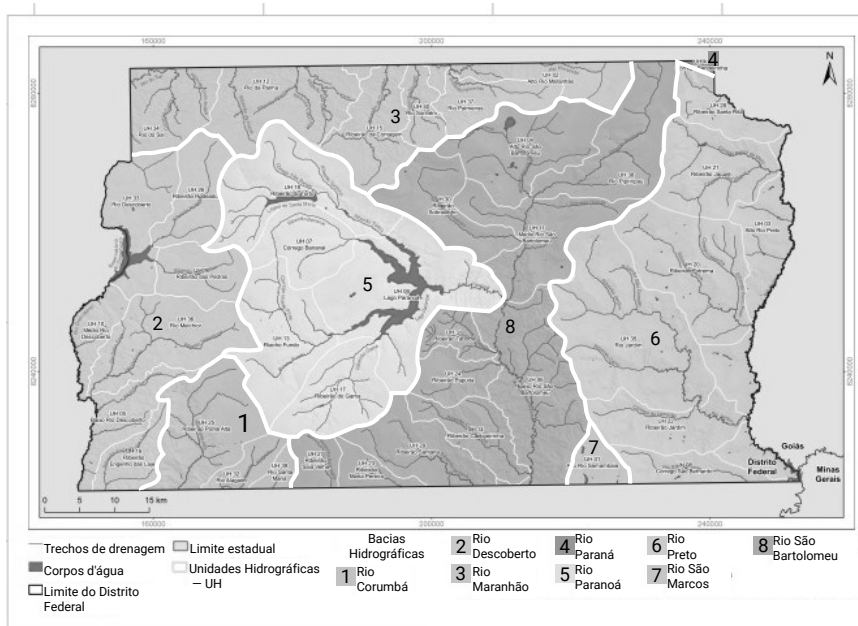
No Distrito Federal, os solos apresentam diferentes características, como profundidade, textura, porosidade e fertilidade. Eles exibem uma variedade de cores, de tonalidades avermelhadas às colorações cinza e preta. Em termos agrícolas, os solos do DF possuem baixa fertilidade, sendo necessário realizar correções para o cultivo. Os principais tipos de solos são os latossolos e os cambissolos.

Os latossolos ocupam aproximadamente 60% do território e são divididos em latossolos vermelhos (44%) e latossolos vermelho-amarelos (16%). Esses solos são avermelhados, altamente intemperizados, profundos, bem drenados, ácidos e com teores de argila variando de 15% a 80%. Eles ocorrem em áreas com topografia plana a levemente ondulada.

Os cambissolos correspondem a cerca de 31% da área do DF. São solos pouco desenvolvidos, com minerais facilmente intemperizáveis, e estão associados a relevos mais acidentados, ou seja, ondulados e fortemente ondulados. Geralmente, são solos rasos, ácidos, com textura variando de argilosa a franco-arenosa, podendo conter concreções e cascalhos. É recomendado preservar esses solos devido à sua localização em áreas de relevo mais movimentado e às suas características físicas propensas à erosão.

Outros tipos de solos são encontrados em menor proporção no DF. Os solos hidromórficos (gleissolos e espodossolos)³ ocupam cerca de 3% do território e estão localizados em áreas deprimidas sujeitas a inundações. Os nitossolos representam cerca de 4% do território e ocupam a parte inferior de encostas côncavas, geralmente com relevo ondulado. Os argissolos, neossolos e plintossolos⁴ são encontrados em aproximadamente 2% da paisagem.

Hidrografia



Adaptado de: CODEPLAN, 2020.

³ Os solos hidromórficos são solos que apresentam características relacionadas à presença de água, seja de forma temporária ou permanente. Dois exemplos comuns de solos hidromórficos são os gleissolos (solos que estão sujeitos a alagamentos temporários) e os espodossolos (caracterizados pela presença de uma camada acinzentada ou negra de material orgânico parcialmente decomposto).

⁴ Os argissolos são solos altamente desenvolvidos, geralmente encontrados em regiões de clima tropical e subtropical. Os neossolos, por sua vez, são solos pouco desenvolvidos e apresentam pouca diferenciação de horizontes. Já os plintossolos são solos caracterizados pela presença de uma camada endurecida de ferro e alumínio, chamada de plintita, próxima à superfície.

O Distrito Federal está situado em uma região de terras altas que desempenham o papel de dispersoras das drenagens para três importantes bacias hidrográficas do Brasil: a Bacia do Paraná, a Bacia do São Francisco e a Bacia do Tocantins. Por ser uma região com diversas nascentes e cursos d'água perenes, a hidrografia do DF forma uma extensa rede pela qual escoam aproximadamente 10 bilhões de metros cúbicos de água anualmente.

Nas últimas décadas, devido ao crescimento demográfico e à intensificação das atividades econômicas, houve uma forte pressão sobre os recursos hídricos, colocando em risco sua sustentabilidade e preservação. O DF é composto por sete bacias hidrográficas:

- **Bacia do Rio Descoberto:** é formada pelo Rio Descoberto, que flui no extremo oeste do território do DF e faz a divisa com o estado de Goiás. O lago Descoberto, criado pela represa do Rio Descoberto, é responsável pelo abastecimento de 60% da população do DF. Essa bacia abriga núcleos urbanos densamente povoados, como Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia e Samambaia;
- **Bacia do Rio São Bartolomeu:** é a maior bacia do DF e se estende no sentido norte-sul. Nela, estão localizadas partes de Planaltina, Paranoá, São Sebastião e Santa Maria;
- **Bacia do lago Paranoá:** situada na porção central do DF, é a única bacia completamente inserida no território do DF. Abriga uma grande população, incluindo áreas urbanas como o Plano Piloto, Guará, Lago Sul e Lago Norte. Nessa bacia, está o Parque Nacional de Brasília, uma importante área de conservação que abriga o lago Santa Maria, vital para o abastecimento de água do DF;
- **Bacia do Maranhão:** localizada no norte do DF, engloba partes de Brazlândia, Planaltina e Sobradinho. Essa bacia possui terreno acidentado e se destaca por seu potencial turístico, com mais de 90 cachoeiras, cânions e áreas de vegetação preservada;
- **Bacia do Rio Preto:** situada no leste do DF, é formada pelo Rio Preto, que faz a divisa do DF com os estados de Goiás e Minas Gerais. Essa bacia é conhecida pela prática de agricultura irrigada, com a presença de pivôs centrais, e pela produção expressiva de grãos, hortaliças e frutas;
- **Bacia do Rio São Marcos:** é a menor bacia do DF, localizada no sudeste, sem núcleos urbanos em seu território;
- **Bacia do Rio Corumbá:** localizada no sudoeste do DF, engloba as regiões administrativas de Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria. Essa bacia se caracteriza por sua alta declividade e pelos solos suscetíveis a processos erosivos.

DESAFIOS AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL: PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM FOCO

As questões ambientais no Distrito Federal são de extrema importância e vêm ganhando cada vez mais atenção, à medida que a população reconhece a necessidade de preservar e proteger os recursos naturais da região. O DF possui uma diversidade de ecossistemas, como Cerrado, Matas Ciliares e áreas de preservação permanente, que são essenciais para a qualidade de vida e para o equilíbrio ambiental.

Uma das principais questões ambientais no DF é o desmatamento. Com o crescimento urbano e a expansão das áreas habitadas, ocorre a supressão de vegetação nativa para a construção de moradias e infraestruturas. Essa perda de cobertura vegetal afeta diretamente a biodiversidade local, comprometendo os habitats naturais de diversas espécies e diminuindo a capacidade de absorção de carbono do Cerrado.

Além do desmatamento, o DF enfrenta desafios relacionados à gestão dos recursos hídricos. A escassez de água é um problema recorrente, principalmente durante períodos de estiagem. A falta de políticas efetivas de conservação e o uso inadequado dos recursos hídricos contribuem para a degradação dos mananciais e para a redução da disponibilidade de água para abastecimento humano e atividades agrícolas.

Outro ponto relevante é o saneamento básico. Parte da população do DF ainda não tem acesso adequado a serviços de coleta e tratamento de esgoto, o que resulta na contaminação de rios e aquíferos, impactando negativamente a qualidade da água e a saúde pública.

A gestão dos resíduos sólidos também é uma preocupação. O Distrito Federal gera uma quantidade significativa de lixo diariamente, e a falta de uma infraestrutura adequada para a coleta seletiva, reciclagem e destinação final dos resíduos contribui para a poluição do solo, das águas e do ar. É fundamental investir em programas de educação ambiental e incentivar a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos.

A poluição atmosférica também é uma questão ambiental preocupante no DF. O aumento da frota de veículos, a falta de controle de emissões e a queima de combustíveis fósseis contribuem para a emissão de poluentes atmosféricos, afetando a qualidade do ar e a saúde da população. Medidas de controle e incentivos para o uso de transporte público, veículos elétricos e energias renováveis são necessários para mitigar esse problema.

Além disso, a urbanização desordenada e a falta de planejamento urbano sustentável são fatores que impactam o meio ambiente no DF. O crescimento descontrolado das áreas urbanas sem a devida infraestrutura e o aumento da impermeabilização do solo resultam em problemas como enchentes, erosão do solo e perda de biodiversidade. É fundamental promover um desenvolvimento urbano mais sustentável, com a preservação de áreas verdes, a criação de parques e a implementação de soluções de drenagem adequadas.

Outra preocupação ambiental é a conservação dos recursos naturais — lembrando que o Cerrado é um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo.

O Bioma Cerrado: Um Tesouro de Biodiversidade na Região Central do Brasil

O bioma Cerrado abrange uma vasta extensão de aproximadamente 200 milhões de hectares espalhados por 13 estados brasileiros. O Cerrado ocupa o segundo lugar como maior bioma do país. Localizado na região central do Brasil, faz fronteira com importantes ecossistemas, como a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, a Caatinga e o Pantanal.

Caracterizado por um clima tropical, o Cerrado é notável por uma estação seca que se estende por cerca de cinco meses. Durante o mês mais seco, a média de chuva chega a atingir apenas 30 mm, podendo, em algumas regiões, chegar a zero. Como uma unidade

ecológica típica da zona tropical, o Cerrado estabelece relações ecológicas e fisionômicas com outras savanas presentes na América Tropical, África e Austrália.

A paisagem do bioma Cerrado é composta por um complexo vegetacional de grande diversidade, abrigando aproximadamente um terço da biodiversidade do país.

A Importância da Fauna no Cerrado e os Desafios de sua Preservação no Distrito Federal

O Cerrado desempenha um papel fundamental na preservação da fauna no território brasileiro, pois está localizado no centro do país e faz conexão com todos os outros biomas nacionais — além de servir como corredor de biodiversidade para uma ampla variedade de animais, incluindo répteis, anfíbios, mamíferos, aves, peixes e insetos (de especialistas a generalistas).

Um dos principais desafios que causam a perda de biodiversidade da fauna no Cerrado é a fragmentação de habitats. O aumento populacional e a expansão da atividade agropecuária resultam no isolamento de áreas que antes eram contínuas, impedindo o encontro e a reprodução de indivíduos de locais distintos. Como consequência, a variabilidade genética das populações diminui, aumentando o risco de extinção das espécies.

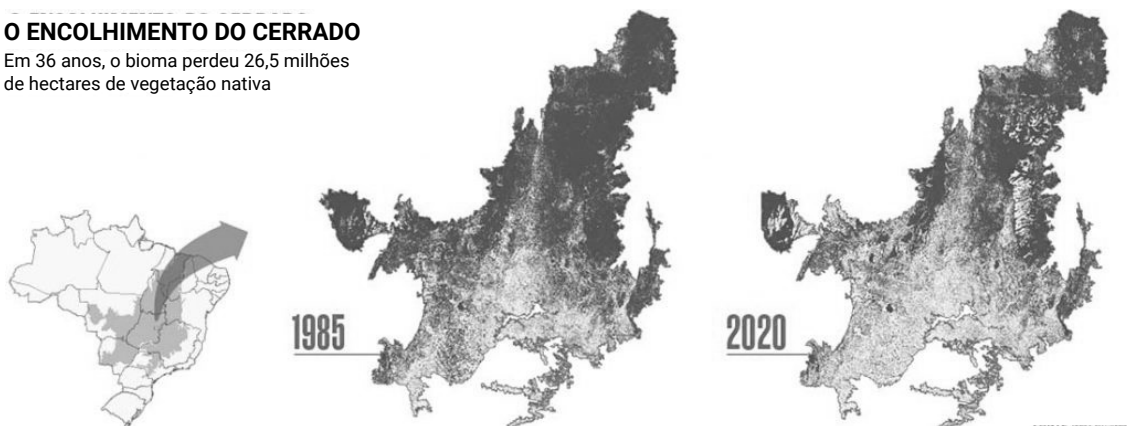
A perda de uma espécie da fauna representa uma lacuna na teia da vida. Os animais desempenham papéis ecológicos cruciais, como a dispersão de sementes específicas ou o controle populacional de espécies animais que podem causar danos à saúde ou à agricultura. Portanto, é de extrema importância criar e manter unidades de conservação, bem como corredores ecológicos, a fim de preservar a viabilidade das populações animais no Cerrado.

Diversos elementos podem impactar a distribuição das espécies vegetais no bioma Cerrado, como o clima, a fertilidade e pH do solo, a disponibilidade de água, a geomorfologia e topografia, a latitude, a frequência de incêndios e fatores humanos, bem como suas interações complexas. A diversidade desses fatores no Cerrado resulta em um mosaico de vegetação com diferentes fitofisionomias, incluindo formações florestais, savânicas e campestres.

A vegetação do Cerrado exibe uma grande riqueza florística, com aproximadamente 6,6 mil espécies. Cerca de 40% das espécies arbóreas são endêmicas, mas também existem espécies compartilhadas com outros biomas, além daquelas típicas do Cerrado, que podem ser encontradas em outros ecossistemas.

O ENCOLHIMENTO DO CERRADO

Em 36 anos, o bioma perdeu 26,5 milhões de hectares de vegetação nativa



Adaptado de: MapBiomas (2021).

ASPECTOS HUMANOS E INDICADORES SOCIAIS

A taxa de crescimento demográfico é de 2,82%. A densidade populacional média é de 410,8 habitantes por quilômetro quadrado, e a taxa de urbanização, uma das mais altas do país, alcança 94,7%.

Em relação ao desenvolvimento socioeconômico, destacam-se os seguintes indicadores: a taxa de mortalidade infantil é de 17,8 por mil nascimentos; a taxa de analfabetismo atinge 4,7% entre pessoas maiores de 15 anos; e o número de leitos hospitalares é de 3.777.

Além disso, quase toda a população tem acesso a água encanada e rede de esgoto. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2022, a população do Distrito Federal era composta por 1.392.435 pessoas pardas, 1.232.276 pessoas brancas, 334.494 pessoas pretas, 41.813 pessoas amarelas e 9.862 pessoas indígenas.

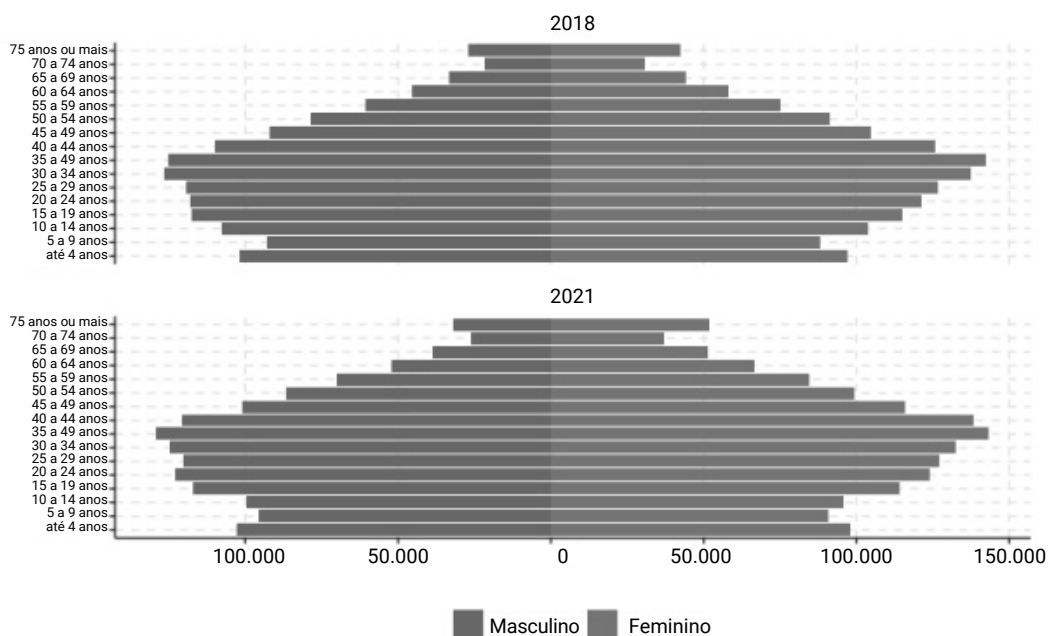
O ritmo de crescimento populacional na primeira década foi de 14,4% ao ano, com um aumento de 285% na população. Conforme os dados do IBGE, o Distrito Federal tem 2,9 milhões de habitantes, segundo prévia do Censo 2022. O índice de desenvolvimento humano⁵ em 2022 foi de 0,850. O pior resultado da capital foi em relação à educação: 0,804. Em relação à renda, o resultado foi de 0,890; e, na saúde, 0,859.

A população local é formada por migrantes de todas as regiões do Brasil, principalmente do Nordeste e do Sudeste, além de estrangeiros que trabalham nas embaixadas espalhadas pela capital. Mais da metade da população brasileira nasceu no Distrito Federal. Segundo a PDAD 2021, 55,5% dos habitantes da capital federal são naturais da cidade.

5 O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida utilizada para avaliar o desenvolvimento humano de um país ou região. Ele leva em consideração indicadores como expectativa de vida ao nascer, educação e renda *per capita*.

Entretanto, as duas últimas PDADs⁶ já apontam uma diferença próxima de 5% entre essa população (nascidos e migrantes). Em 2018, o número era de 1,5 milhão, enquanto em 2021 já somavam mais de 1,6 milhão no universo de uma população de três milhões de habitantes.

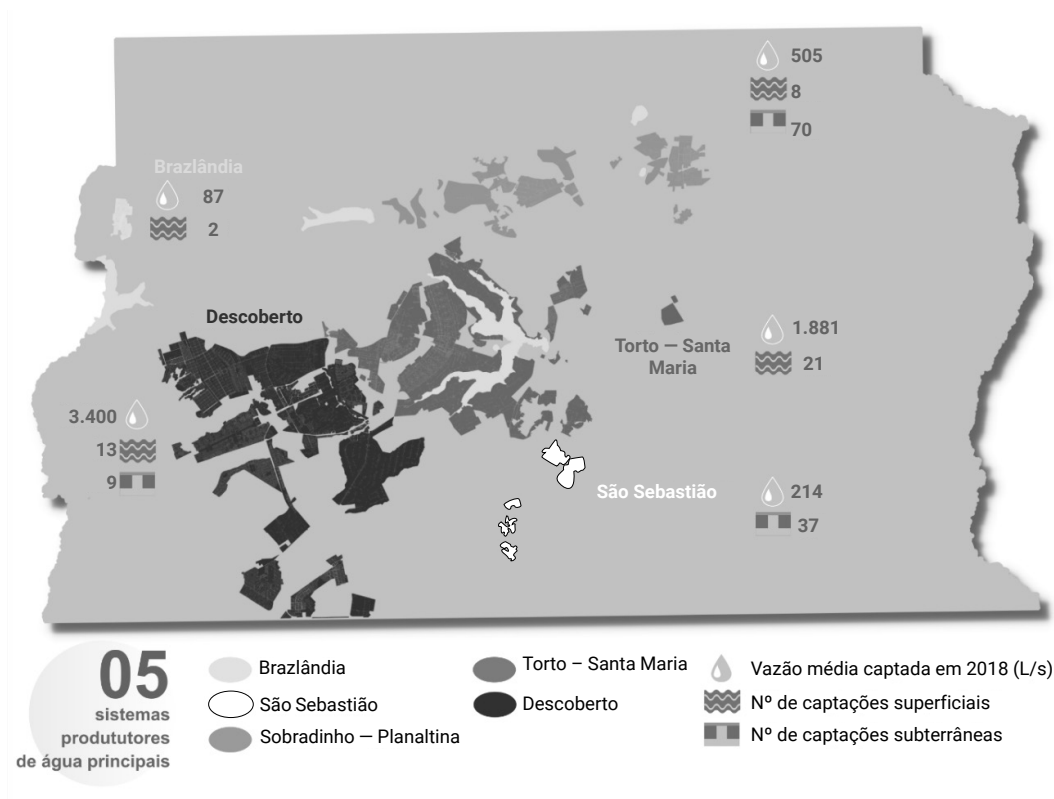
A seguir, observemos um gráfico de distribuição da população por faixas de idade e sexo dos anos de 2018 e 2021.



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021.

I ESPAÇO RURAL

Vejamos um mapa da distribuição de água no Distrito Federal.



Adaptado de: CODEPLAN, 2020.

A população rural do Distrito Federal representa apenas 3% do total da população da capital. Apenas 15% dos habitantes rurais são atendidos pela rede de abastecimento geral por meio de 61 sistemas independentes. Aqueles que não são atendidos pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), empresa responsável pelo abastecimento de água, dependem de poços individuais para ter acesso à água.

As principais demandas por água no Distrito Federal são para uso humano e agrícola. Nas bacias hidrográficas dos rios Preto e São Marcos, a maior parte da água é utilizada para irrigação, representando 86% e 98% respectivamente. Já nas bacias dos rios Corumbá, Descoberto, Maranhão, Paranoá e São Bartolomeu, mais da metade da água é utilizada para abastecimento urbano, variando de 51% a 91%.

A bacia do Rio Maranhão é a que fornece a maior porcentagem de água para uso industrial (18%) e pecuário (12%) dentro de sua capacidade, enquanto a bacia do Rio Corumbá apresenta a maior porcentagem no abastecimento rural (12%) em relação à sua capacidade.

Os residentes das áreas rurais de Brasília formam um grupo diversificado e têm necessidades específicas que exigem políticas públicas adequadas. De acordo com o Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, o espaço rural da capital abriga diferentes tipos de atividades e ocupações, como agricultura, pecuária, agroindústria, moradia, lazer, prestação de serviços e unidades de conservação. É importante abandonar a ideia de que o espaço rural é unifuncional e reconhecer as diversas dinâmicas territoriais presentes nessa região.

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Rural em 2022, no total de endereços com características rurais da amostra a proporção de domicílios foi:

- **Agricultura empresarial:** 34.1313.1347;
- **Agricultura familiar:** 18.1629.1647; e
- **Assentamento/agrovila:** 7.770.777.

O censo também revelou que a maioria dos produtores vive em seus próprios estabelecimentos e comercializa sua produção. Viver e produzir são aspectos intimamente ligados, refletindo a qualidade própria do meio rural. Além disso, quando questionados sobre a renda obtida com as atividades nos estabelecimentos, houve uma equiparação entre aqueles que responderam que era maior ou menor do que outras rendas, com uma ligeira vantagem para aqueles que responderam que era maior.

A relação entre o campo e a cidade no Distrito Federal é intensa devido ao alto grau de urbanização e proximidade das áreas urbanas, o que favorece a integração do mercado de trabalho em escala local. Como resultado, o perfil dos produtores rurais também está mudando, com a presença de neorurais⁷, pessoas de origem urbana que passam a se dedicar à produção de alimentos e a viver nas áreas rurais.

Diante dessas informações, é importante reconhecer a importância dos moradores rurais e a forma como eles contribuem para a economia local, produzindo alimentos que atendem à demanda de abastecimento não apenas em Brasília, mas também em outras regiões.

A valorização dos espaços rurais e de seus moradores é fundamental para garantir a segurança alimentar em uma área metropolitana com crescimento populacional acelerado.

Um dos principais desafios enfrentados pelas áreas rurais é a falta de regularização fundiária e a pressão do mercado imobiliário para a conversão de terras rurais em áreas urbanas. Além disso, os moradores rurais têm demandas semelhantes às dos residentes urbanos, como melhoria da infraestrutura, pavimentação de estradas e acesso a serviços básicos, tais quais água, eletricidade, saneamento, segurança, internet, escolas, creches, postos de saúde e instalações de lazer. É necessário ampliar os canais de participação das populações rurais, permitindo que elas tenham voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e trabalho no campo.

ESPAÇO URBANO

A partir de 1969, um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) conduziu estudos abrangentes sobre a história da transferência da capital, sobre o desenvolvimento urbano, sobre a mobilidade interna na cidade e acerca de questões urbanas, como problemas ambientais, habitação, transporte público e desemprego. Os resultados dessas pesquisas podem ser consultados na Coleção Brasília da UnB, que oferece uma visão ampla da urbanização no Distrito Federal.

Essa experiência de estudos permitiu que especialistas em urbanismo, geografia, economia, arquitetura, estatística, sociologia e outras disciplinas adotassem uma abordagem interdisciplinar e multidisciplinar abrangente para compreender o processo de urbanização. O mapa resultante desse processo no Distrito Federal apresenta núcleos urbanos dispersos e pontuais, estabelecidos ao longo dos anos por diversos governos desde a década de 1960.

Inicialmente, esses núcleos foram criados para fornecer moradias para trabalhadores, funcionários públicos e comerciantes, sendo denominados cidades-satélites. Além disso, também estão presentes no território os condomínios, muitos dos quais irregulares ou ilegais, ocupando áreas que, antes, eram destinadas à preservação ambiental.

É, portanto, possível afirmar que o Distrito Federal constitui uma constelação urbana fixa e que se articula com os urbanos, os chamados condomínios, aguardando regularização de acordo com as leis ambientais e os bons costumes públicos.

No entanto, o quadro territorial descrito anteriormente não revela toda a complexidade da organização do espaço ao longo do tempo. No final dos anos 1950, esperava-se que esse território abrigasse uma cidade planejada, Brasília, a partir de um projeto-piloto do urbanista Lúcio Costa, e as cidades seriam construídas quando o núcleo central estivesse totalmente ocupado pelos 500 mil habitantes estipulados pelo governo de Kubitschek. No entanto, devido à imigração intensa, essa proposta original foi alterada. Contudo, a fim de evitar o surgimento prematuro de favelas na capital, os governantes abriram espaço, em 1958, para a criação do primeiro núcleo periférico, Taguatinga.

⁷ O termo “neorurais” faz referência a pessoas ou grupos que buscam adotar um estilo de vida mais próximo da natureza, geralmente deixando áreas urbanas para se estabelecerem em áreas rurais ou em comunidades mais sustentáveis.

Os milhares de trabalhadores que viviam em favelas próximas à Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) e nos acampamentos de construtoras foram transferidos para essa cidade-satélite. Com o aumento da imigração, novas cidades-satélites foram continuamente criadas, como Gama, Guará, Sobradinho, Ceilândia e muitas outras, totalizando mais de 2,3 milhões de habitantes atualmente. Também estão sendo considerados novos núcleos, como Catetinho, Setor Noroeste, Setor Oeste e outros, em uma série contínua de loteamentos oficiais.

Além do Distrito Federal, o setor privado também desenvolveu loteamentos na região do Entorno, seguindo o mesmo padrão de núcleos dispersos pelo território, como Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Céu Azul e Pedregal, formando funcionalmente o que é conhecido como área metropolitana de Brasília (AMB).

Essa política de ocupação do espaço resultará em uma grande metrópole que precisará de uma gestão intermunicipal. Podemos antecipar as seguintes situações para o futuro da AMB: a continuidade da política incremental atual, com um povoamento pontual e paternalista que doa terrenos no Distrito Federal e concentra empregos no Plano Piloto. Esse modelo, se mantido, levará ao congestionamento do centro e ao desemprego nas cidades-satélites. Uma segunda hipótese seria a adoção de um planejamento urbano e a descentralização das atividades e empregos em direção às cidades-satélites.

Nesse modelo de gestão, as terras seriam rigidamente controladas por meio de estratégias que levam em consideração as necessidades atuais e futuras; os condomínios seriam proibidos e os que surgiram em terras gridadas ou ocupadas ilegalmente seriam desfeitos. Resumidamente, o governo assumiria seu papel como gestor dos assuntos públicos e guardião das leis urbanísticas e ambientais que devem ser respeitadas.

Vejam, na figura a seguir, a distribuição do Distrito Federal.



Fonte: Almanaque do Futebol Brasileiro, 2014.

Ao falarmos sobre a urbanização em Brasília, destacamos que ela não seguiu o padrão de uma capital fechada, com um núcleo central e bairros adjacentes. Antes mesmo de sua inauguração em 1960, a capital federal já contava com a cidade-satélite de Taguatinga, estabelecida em 1958. Após a criação de Taguatinga, outros núcleos urbanos surgiram, como Guará, Gama, Sobradinho, além da expansão de Brazlândia e Planaltina. No entanto, esses núcleos estão distantes uns dos outros e do centro, o Plano Piloto de Brasília, com áreas de Cerrado que conferem qualidade ambiental ao aglomerado urbano.

Esse processo diferencia Brasília das demais capitais mundiais e das capitais estaduais do Brasil. Poderia ter sido uma cidade compacta, totalmente inserida no Plano Piloto. No entanto, o centro ficou restrito às camadas mais privilegiadas da população, como altos funcionários públicos, congressistas, comerciantes e industriais que atendiam ao governo federal e do Distrito Federal. Aqueles que puderam residir na Asa Sul ou Asa Norte estavam em uma posição social privilegiada. Os que adquiriram lotes ou casas no Lago Norte, Lago Sul, Cruzzeiro, Octogonal ou no bairro Noroeste também fazem parte desse grupo beneficiado.

Quanto aos rumos da urbanização, espera-se relativa estabilidade na configuração urbana. Há uma leve conturbação entre as regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, mas não é viável expandir ainda mais a capital. Há notícias sobre um novo bairro planejado atrás da rodoferroviária, pertencente às forças militares, com um projeto em desenvolvimento. No entanto, é importante determinar se a intenção é ter imóveis funcionais apenas para militares ou se também haverá atividades e serviços básicos para atender aos habitantes.

Para evitar a contínua dispersão dos bairros, sugere-se utilizar as infraestruturas e equipamentos existentes nas áreas já consolidadas e permitir a construção vertical nelas. Seria estabelecido um limite máximo de 12 andares para edifícios residenciais e três andares para edifícios de serviços, comércio e pequenas oficinas, sem comprometer a qualidade socioambiental.